

## Um pensamento de/do autor

Geruza Zelnys de Almeida<sup>1</sup>

Eu sou uma autora.

Não apenas deste texto, que escrevo agora, mas também de literatura. Não tenho livros publicados, mas escrevo contos, poemas, crônicas, textos assumidamente literários, que guardo na memória frágil do computador. E é por isso que quero refletir sobre autoria a partir da *minha* vivência autoral, que não pode ser comprovada já que, sem o suporte físico dessa escritura, o leitor terá de acreditar na minha palavra sobre ela. Na minha assinatura. Assinatura virtual.

Dizendo isso – ou melhor, *escrevendo* – já me vejo às voltas com uma questão essencial: o autor é *aquele que escreve*. Mas é aquele que escreve e que *sabe que escreve*; que sabe que escreve *coisas autoráveis*; que, por serem autoráveis, o *suporte credita-lhe autoria*; pois é ele *quem o assina*; e a quem um conjunto de instituidores, que formam a instituição, *julga e assina sobre sua autoria*.

Como se pode ver, a assinatura é, hoje, imprescindível para elaborar uma ideia de autoria, porque firma o compromisso entre autor e obra e marca a ciência do autor sobre o que escreveu.

Como autora, a última coisa que assinei – e a primeira de grande valor – foi uma carta precatória, condenando minha autoria num crime ao qual tenho de responder segundo julgamento especializado. Uma carta precatória é um instrumento de perseguição e quando a assinei foi como se ouvisse uma voz (da consciência?) dizendo que é absolutamente impossível fugir da autoria. Toda obra, literária ou criminal,

---

<sup>1</sup> Doutoranda na USP em Teoria Literária e Literatura Comparada, Bolsista CNPq, professora convidada na Pontifícia Universidade Católica – PUCSP – e na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF – Pernambuco, Brasil. zelnys@hotmail.com

precisa de um autor e eles virão atrás de você— neste caso, *você* sou *eu* – cobrar a responsabilidade por ela. Portanto, o autor é *aquela que tem de responder por seu ato de autoria mediante um julgamento*.

Mas algo de bastante revelador desse lugar de autor ocorreu depois de ter assinado o documento: o oficial me solicitou que assinalasse uma opção entre “aceitar a condenação” ou “recorrer”. Aceitar a condenação seria aceitar a culpa que me atribuem e pagar a pena que julgam merecida aqueles que, diferente de mim, não foram testemunhas presenciais do processo, que envolve uma série de acasos, que me levaram ao resultado que constitui um crime. Já recorrer significa que, embora ciente da pena, assumo não poder responder por ela, pelo menos, não sozinha. Frente a isso, proponho uma visão de autor como sendo *aquela que, mesmo assinando uma obra, não quer (ou não pode) se responsabilizar sozinho, tendo em vista que, ao lado da sua assinatura, gravita a assinatura de um julgamento a respeito dela que só leva em conta parte do todo*.

A questão, então, seria se o agir autoral poderia ser tomado como um agir alheio à ética, já que se nega a responder. Desde o lugar de culpada atribuído a mim – estranho lugar onde ocupo diferentes posições, a saber, de executante e vítima ao mesmo tempo – defendo-me dizendo que não: essa fuga não configura um ato antiético, porque a mesma assinatura que firma o compromisso entre autor e obra, desestabiliza essa relação por estar vinculada à ideia de “ciência”. Estar ciente é da ordem do saber, é ser atravessado pelo conhecimento sobre o que se assina. No entanto, uma obra literária, assim como um crime não premeditado, está exposta e aberta aos acasos, aos acidentes, que mudam constantemente o rumo do que será o produto julgado ao final.

O autor, por mais que tenha uma intenção, não tem ciência sobre tudo que escreve ou de *que se escreve*: sua intencionalidade é atravessada pelo acontecimento da escritura no infinito contínuo do seu dizer. E assim, a única coisa de que pode se declarar ciente é de que querem que ele responda por algo que não pode, e não pode simplesmente porque não sabe. À pergunta que a ele se coloca tem uma resposta previsível – “não sei” –, porém inadmissível na cultura da razão, onde o não-saber é hierarquicamente inferior ao saber e, por isso, estranho à escrita que, por si só, é comumente tomada como a representação máxima do saber.

Então o autor é, no que diz respeito à minha experiência, *aquela que está sempre em fuga* porque, desde sua assinatura, está condenado a responder por algo que não é

capaz e, por isso, terá de viver em liberdade provisória, cooptado nesta contra-assinatura que o apreende. Ou seja, numa contra-assinatura que é da ordem da leitura, cuja assinatura de autor já está contaminada pela do leitor que, no seu dizer, o incorpora: a assinatura do autor se torna traço na produção de outro texto que pode repeti-la, afirmá-la, endossá-la, contrariá-la, julgá-la, negá-la e, inclusive, calá-la.

Sua assinatura é, portanto, mais do que uma marca gráfica e está numa relação de presença-ausência, rastro de uma intenção localizada num passado espectralmente presente num presente que se estenderá até o futuro. A assinatura marca o testemunho do seu ter-estado lá, mas, junto com isso, o seu ter-saído desse acontecimento cuja autoria se realizou em mão dupla: autor de um lado e escritura de outro, traços que se cruzam no acontecimento aberto da leitura.

Essas séries e sérias implicações que recaem sobre o autor e a marca de autoria fundam um lugar, um espaço denso de temporalidades em ebulição junto a tantos elementos gravitacionais, do qual a única coisa a fazer é fugir tão logo nele se entre, colocar um pé dentro é já estar com o outro fora.

No entanto, a consciência de estar fugindo é sempre assombrada pela culpa. O autor em fuga não é ingênuo: sabe que frequenta uma estranha instituição que reserva a si o direito de não responder pelo que diz, mas também sabe os riscos dessa soberania num momento em que se diluem as fronteiras entre ficção e real – ou pelo menos em que essa separação é posta em xeque por diferentes discursos. É o perigo de que as demais instituições também se sintam no direito de ser sua pergunta e sua resposta que assombra o exemplo de autor que tomo aqui. O autor do qual exemplo sou.

(E, talvez, seja exemplo desta ideia de autoria alguns escritores contemporâneos que estão ficcionalizando sobre a problemática autoral junto às suas personagens, como Sérgio Sant’Anna em *Um crime delicado*, Daniel Galera na sua *Cordilheira*, entre muitos outros. Ou ainda, escritores que estão criando procedimentos que suprimem ou promovem o apagamento do narrador como mediador autoral, para ficar com poucos exemplos cito André Sant’Anna e Lourenço Mutarelli.)

É claro que ainda tenho muito a pensar sobre isso, mesmo porque, para mim, essa é uma questão real que diz respeito à minha liberdade e às formas de prisão que posso suportar. Porque eu sou uma autora. Eu estou neste lugar de autoria. E o que vejo quando olho ao redor é que este lugar é habitado por vozes que camuflam um lamento pelo que de inconsciente atravessou o acontecimento da escritura. Um lamento que

inaugura o lugar de um pedido de perdão: perdão por não poder dizer, perdão por não saber dizer. E, se tem de pedir perdão, é porque *o autor é aquele que é imperdoável*.

Por isso, enquanto autora, ainda que imperdoável, eu mais uma vez peço: *perdão*.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O autor como gesto. In: *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARTHES, Roland. A Morte do Autor. In: *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Limited Inc*. Campinas: Papirus, 1991.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

*Data de submissão: 23/10/2013*

*Data de aprovação: 12/11/2013*